

EDITORIAL

Resistências e lutas pela reconstrução das políticas educacionais

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2023.v5.11.5172>

O ano de 2023 se iniciou com a promessa da reorganização e recomposição das políticas educacionais do país, tendo em vista a onda de esperança de união e reconstrução com a assunção de Lula à Presidência da República. Diante das perdas e retrocessos que tivemos na educação no período pós-Golpe de 2016, a comunidade educacional, representada pelas entidades nacionais, festejou a expectativa da retomada do diálogo com o Ministério da Educação (MEC) e a reconstrução do Fórum Nacional de Educação (FNE).

O FNE é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro e uma importante voz coletiva da comunidade educacional brasileira que, desde a sua recomposição¹, retomou seu papel de promotor e organizador da Conferência Nacional de Educação Extraordinária 2024 (CONAEE 2024), que tem como objetivo a construção coletiva e democrática de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034. O tema do novo PNE é “Política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

E porquê Política de Estado? Para que o PNE seja reconhecido como uma política pública do Estado Brasileiro, e não como de um governo específico. Os dados disponíveis no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano

¹ Pela Portaria n. 478, de 17 de março de 2023, que revoga as Portarias nº 577 e nº 1.017 que em 2017 descaracterizaram o FNE, alterando sua composição, e o recompõem reconduzindo as entidades que o integravam antes do Golpe de 2016, retomando suas funções e finalidades, como órgão de caráter permanente.

Nacional de Educação² revelam os efeitos deletérios de uma política que impõe uma austeridade fiscal, representada pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, em detrimento dos necessários investimentos públicos na área social. A EC 95/2016 vem retirando, gradativamente, recursos da educação, o que praticamente inviabilizou que as metas e estratégias previstas no PNE 2014-2024 se concretizassem. Nesse sentido nos alinhamos com o Documento Referência da CONAE 2024 sobre a necessidade de revogação / superação da política de “austericídio” fiscal³ representada pela EC 95/2016. (BRASIL, 2023).

Paripassu com o movimento de desfinanciamento da educação pública e de destinação de recursos do fundo público para o setor privado, os últimos anos foram marcados por uma série de atos legais que não só tiveram como objetivo a reconfiguração, pelo alto, da educação básica pública, como a inversão dos sentidos de ensino público e de educação básica emanados do texto constitucional de 1988 e do espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É importante salientar que tais atos não tiveram como base estudos e análises oriundos do campo da educação, muito menos os elaborados pelo próprio governo, como os realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo IBGE. Nesse sentido, consideramos que se, na aparência, a contra-reforma educacional que emerge desse movimento busca “resolver” a suposta ineficiência da educação brasileira, o exame da realidade concreta revela a reiterada recusa (negação) dos reformadores em pensar coletivamente a superação dos problemas estruturais da educação brasileira e no limite o direito à educação básica pública de qualidade, socialmente referenciada, da população brasileira. O qual não se esgota pela adoção de um remédio único (padronização), muito menos pela culpabilização de uma categoria.

É a partir dessa compreensão, que as entidades, coletivos e frentes, acreditando na reabertura do diálogo com o MEC, reivindicaram a descontinuidade do Programa de Escolas Cívico Militares, a revogação das Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 2019 e nº 01/2020 e da Reforma do Ensino Médio, posicionando-se a favor da retomada do Plano Nacional de Educação como

² BRASIL. Inep. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, Inep, 2022. 572 p.

³ BRASIL. Ministério da Educação. CONAE 2024: Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável, documento de referência. Brasília, MEC, 2023. 179 p.

epicentro das políticas educacionais no país, dentre outras tantas pautas importantes.

As entidades nacionais vêm alertando para os riscos da progressiva “sobralização” da educação pública brasileira⁴, com a crescente presença do setor privado na gestão pública, disputando o fundo público e imputando um modelo de formação humana em consonância com os interesses de mercado e o ideário neoliberal. O modelo apontado para a educação no país seria o Município de Sobral (CE) e seu pretense IDEB elevado, que na realidade não representa a elevação da qualidade do ensino ou da aprendizagem, como o MEC, principal órgão formulador de políticas públicas para a educação, ainda submetido aos ditames das fundações empresariais, quer nos fazer crer.

Infelizmente, a expectativa de diálogo não se concretizou nos termos esperados, e apesar de algumas conquistas, ao longo de 2023, assistimos o aprofundamento da interferência na gestão do MEC dos setores privatistas representados pelas entidades e fundações empresariais. Ao mesmo tempo, por parte do MEC e do CNE, ficou cada vez mais evidente o descompasso entre discurso e ação, tendo em vista a desconsideração das demandas da sociedade civil organizada e a clara opção em incorporar a agenda empresarial em detrimento dos atores e sujeitos da educação, daqueles que formam, pesquisam, atuam na educação básica e dos interesses dos estudantes e suas famílias, manifestos na luta das entidades e forças progressistas do campo educacional, em defesa da escola pública. Cabe destacar que mais de 80% das matrículas da educação básica estão no setor público, e ao estabelecer um diálogo privilegiado com o setor empresarial o MEC nega os interesses da maioria da população brasileira.

Em especial, no campo da formação de professores, causa espécie a demora em revogar a BNC-Formação e BNC-Formação Continuada, contradizendo o que era anunciado em diversos momentos pelo CNE. Ao arrepio de todo o diálogo que tentava-se travar, em dezembro, o CNE divulgou minuta de novas DCNs. Tal documento, observado em detalhes, pode ser classificado como uma inadequada bricolagem das Resoluções 02/2015 e 02/2019. Apresentada como atendimento da demanda coletiva em uma falsa nova roupagem, traz à tona a mesma (velha) proposta, cujo conteúdo contempla a negação da diversidade pela imposição de um único caminho padronizado. Parece a reedição do mesmo *modus operandi* dos últimos 6 anos, em que o MEC, sem diálogo com as IES,

⁴ FREITAS, Luiz Carlos de. MEC: “sobralizando” a educação brasileira. In: Avaliação Educacional – Blog do Freitas. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/> Publicado em 04/01/2023. Acesso em 20 dez. 2023.

com as entidades representativas dos diversos segmentos dos profissionais da educação básica e com os professores/as, de forma impositiva apresentava, em *power point*, em outubro de 2017, a Política Nacional de Formação de Professores, sem considerar a necessária articulação entre a formação inicial e a formação continuada e as condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação. Esse mesmo processo impositivo, se repetiu com a aprovação e homologação das Resoluções 02/2019 e 01/2020, e manifesta o caráter centralizador e verticalizado das políticas emanadas do MEC e CNE, sem debate com a sociedade civil, as instituições formadoras e as entidades científicas da área.

A discussão sobre a formação de professores no Brasil é assunto da mais alta prioridade neste momento histórico em que esta política está em ampla disputa no CNE. Desde o início do ano, a Anfope, junto às outras entidades científicas e sindicais vem solicitando a revogação das Resoluções CNE/CP nº 02/2019 e nº 01/2020 que tratam de modo dissociado da formação inicial e continuada de docentes e a retomada da Resolução CNE/CP nº 2/2015 cujo conteúdo contempla ampla discussão coletiva e conjuga os princípios da ANFOPE.

Como explicita a Nota de divulgada em dezembro, pela *Frente Nacional pela Revogação da Res, 02/2019 e retomada da Res. 02/2015*, que publicamos neste número, a Minuta de Resolução “apresenta uma visão fragmentária e reacionária” e “representa a continuidade do desmonte das políticas de formação de professores e os ataques à categoria do Magistério e às instituições formadoras impetrados de forma autoritária nos últimos seis anos”.

A criação da *Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da Resolução CNE/CP 02/2015*, em março de 2023, composta por 40 entidades nacionais, foi um dos instrumentos de luta pela retomada da Resolução 02/2015. O Manifesto⁵ da Frente Nacional, explicitando os motivos pelos quais a Resolução nº 02/2015 deveria ser retomada e a BNC-Formação e Formação Continuada revogadas, foi encaminhada ao MEC e ao CNE, em 16 de maio, com 580 adesões⁶. O Manifesto foi amplamente apoiado não apenas pelas Universidades, mas pelos sindicatos, grupos de pesquisa, Fóruns de educação e coletivos diversos de profissionais da educação⁷.

⁵ Disponível em <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/861/683>. Acesso em 21 dez. 2023. Republicado, em versão atualizada, em 31 dez. 2023, nesta edição. .

⁶ Na semana anterior, em 12/05, o Manifesto foi entregue, em mãos, ao presidente do CNE, durante o XXI Encontro Nacional da ANFOPE, quando os associados presentes argumentaram a favor da retomada da Res. 02/2015 e pela revogação das Resoluções 02/2019 e 01/2020.

⁷ O manifesto foi reaberto para mais adesões, como forma de mobilização e pressão, tendo em vista que o MEC e o CNE relutavam em materializar a proposição do conjunto de entidades do

Acreditamos ser de fundamental importância a discussão e pressão junto aos tomadores de decisão e, por isso, a ANFOPE compôs o grupo de entidades fundadoras da Frente Nacional. Hoje consideramos que dada a tendência do MEC de manter uma distância protocolar das entidades nacionais e suas reivindicações, devemos intensificar a mobilização e pressão e que estas devem se dar durante a realização da CONAEE, no final de janeiro de 2024, destacando a bandeira: a retomada da Resolução 02/2015.

Em meio à luta pela mudança na política educativa, nossa revista *Formação em movimento (ForMov)* também se modifica para acompanhar os novos tempos dos periódicos científicos. A primeira mudança refere-se ao formato de publicação que, a partir deste ano, em busca de maior agilidade na comunicação dos resultados das pesquisas, inicia o *ahead of print*. Isto significa que tivemos e teremos apenas um número por ano e os artigos serão publicados em blocos, em publicação contínua. Desta maneira, os resultados chegam aos leitores e pesquisadores mais celeremente e a revista ganha na organização de seus números, sem perder a qualidade e quantidade de artigos a serem publicados.

No conteúdo veiculado, em meio a tantas discussões pertinentes no campo teórico-prático, *Formação em Movimento* procurou inserir elementos pertinentes para o fomento do debate público qualificado, assim como apostou em trazer inspiração para novas experiências formativas.

Nesse sentido, o primeiro dossiê publicado, intitulado 'Faculdade de Formação de Professores: 50 anos formando formadores', organizado pelas professoras Maria da Conceição Calmon Arruda e Rosimeri Dias e composto por 16 artigos, além da Apresentação do dossiê pelas organizadoras, que realizaram também uma bela entrevista com professores e técnicos que protagonizaram a história da instituição. Duas resenhas sobre a mesma obra fecham o dossiê, em homenagem a uma personalidade relevante para a construção da FFP. O dossiê trouxe uma potente coletânea de textos que versa sobre diversos aspectos das experiências formativas derivadas dos 50 anos de existência Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cuja importância é inestimável no que tange à formação docente na e da periferia, no segundo maior município do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

O segundo dossiê publicado, organizado pelas professoras Katia Curado (UnB) e Lisete Jaehn (UFF), traz à tona outro aspecto da formação que permanece em disputa no momento atual de resistência ao desmonte das políticas de formação

campo educacional e da sociedade civil, alcançando 2055 assinaturas (712 coletivas e 1343 individuais). Esta versão está republicada neste número 11 de *Formação em Movimento*.

de professores: os projetos institucionais. Intitulado “Projetos institucionais de Formação de professores: concepções, experiências, narrativas e resistências”, o dossiê, que congrega 8 artigos, parte de dentro das instituições que formam professores, no conjunto de vozes que formam a polifonia dos projetos institucionais em diferentes instituições que ofertam os cursos de licenciaturas.

Junto com o dossiê temos a publicação de dois documentos históricos, datados de 1999, referentes ao processo de discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de formação de professores, no período pós-LDB. O primeiro traz um histórico, elaborado pela prof. Helena de Freitas, do movimento de luta e enfrentamento de processos autoritários de imposição do ideário neoliberal aos currículos dos cursos de licenciatura, e o segundo, o Documento Norteador para elaboração das DCNs para os cursos de formação de professores, elaborado pelo Grupo Tarefa designado pelo MEC. Esses documentos demonstram que tanto naquele momento como hoje, o MEC desconsidera a produção qualificada das entidades nacionais e de pesquisadores do campo educacional que resistem à imposição de uma perspectiva reducionista e instrumental para os cursos de formação de professores. Junto com o dossiê, na sessão *Entidades*, foram publicadas duas notas: a primeira assinada pela ANFOPE, FORUMDIR e FORPIBID Rp, é uma Nota de repúdio ao Projeto de resolução CNE das novas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação inicial em nível superior de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e o Posicionamento da ANFOPE sobre a regulamentação da profissão de pedagogo, outro tema emergente e que demanda maior atenção.

O terceiro dossiê sob o título “A Educação profissional e o Ensino Médio: Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”, organizado por Marise Ramos (UERJ) e Henri Fuchs (IFRS), contemplou uma temática emergente, tendo em vista a Reforma do Ensino Médio, e que agrega as discussões sobre este e a Educação Profissional, nos 18 artigos, que contemplam o dossiê e na apresentação dos organizadores. A Educação Profissional foi retratada neste dossiê através das variadas experiências de implementação do Ensino Médio em âmbito Nacional, suas influências internacionais e as resistências à imposição da política.

Também, junto com o dossiê, na sessão *Entidades*, foram publicados dois documentos: o primeiro do FNE - Fórum Nacional de Educação, “Em defesa de uma política nacional para o Ensino Médio para todas as pessoas” e a Carta de Lajeado de autoria do ForPibid Rp – Fórum de Coordenadores Institucionais do PIBID e do Residência Pedagógica, elaborada e aprovada no IX ENALIC - Encontro Nacional de Licenciaturas.

EDITORIAL. Resistências e lutas pela reconstrução das políticas educacionais.

Além dos três dossiês (com 47 textos) e dos documentos publicados nas sessões Entidades (4 notas) e Documentos (2), entrevista (1) e Resenhas (2), o número 11, teve a publicação de outros 12 textos na sessão *Artigos e Ensaios*. Optamos por agregar neste último bloco, os 8 textos publicados anteriormente, em 15 out. e 18 nov. Os textos tratam de diferentes experiências de formação docente, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, áreas de conhecimento e modalidades de ensino. O artigo de Carlos Soares e Bruna Loureiro, assim como o de Júlio de Souza Santos tematizam a formação de professores e a Educação de Jovens e Adultos, em espaços e experiências distintas. Ainda tematizando a formação de professores, Heloisa Carreiro et al debatem os desafios da escrita acadêmica, e Emanuella Palhares, Francisco Canindé e Alcivânia Menezes articulam a profissionalização docente e a identidade nos cotidianos. Dialogando com as políticas e práticas curriculares Veronica Borges e Mônica Macedo focalizam a SME do Rio de Janeiro e Sammy Lopes, Ghislaine Tolentino et al, articulam a a experiência da infância e a formação continuada. Leandro Rocha e Ana Marques, discutem a narrativa docente como método e Lidiane Picolli Lima et al trazem para o debate a questão do corpo como projeto integrador em um Instituto Federal.

Nesta edição trazemos, ainda, na sessão *Entidades*, Informe do Forpibid Rp, e republicamos a versão atualizada do Manifesto da Frente Nacional, com mais de 2 mil adesões.

Para continuar aprimorando o trabalho da revista da Anfope, no que tange a organização interna, a partir deste número 11, *ForMov* tem seu quadro editorial composto por três professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), lotadas em três diferentes unidades – Faculdade de Educação (EDU); Faculdade de Formação de Professores (FFP) e Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), respectivamente localizadas nos campi Maracanã, São Gonçalo e Duque de Caxias. Assim, continuamos, agora em três, associadas e militantes da ANFOPE, realizando o importante trabalho de editoração da revista, e assim, ampliando os olhares, primando pelo bom fluxo editorial e pela atenção aos detalhes (que são muitos) para que uma publicação de qualidade chegue até você, leitor e colaborador. Esteticamente também mudamos. Buscamos um layout mais adequado à identidade da nossa revista, conservando o colorido da diversidade que nos compõe. Mudamos o padrão das nossas capas, de autoria de Marcelo Mocarzel, a quem agradecemos, que captou a imagem de movimento e fluidez deste fluxo editorial.

O nosso resultado de 2023, olhando em perspectiva, traduz uma *ForMov* com potência para enfrentar as discussões que se colocam no campo educacional, em especial no campo da formação, com seriedade, pluralidade e rigor científico. Consideramos, assim, que em 2023, *Formação em Movimento*, com o número

Formação em Movimento v.5, n.11, 2023.

11, assim como anteriormente com a edição de número 10 – especial com mesas e conferências do XIII Seminário Nacional de Formação de Professores, – trouxe com a publicação de estudos e pesquisas de professores que atuam na educação básica e no ensino superior uma efetiva contribuição para o campo educacional.

Tal resultado não seria possível sem um grande esforço coletivo. Não poderíamos deixar de agradecer imensamente aos organizadores dos dossiês, aos avaliadores Ad hoc e aos autores que confiaram a nós os seus manuscritos. Sem cada um de vocês esta revista não poderia existir e resistir.

Agradecemos ainda a cada leitora e cada leitor dos artigos publicados. Esperamos continuar a contar com a colaboração de vocês para ampliar ainda mais o alcance e a capilaridade de nossa revista em 2024!

Desejamos, para o próximo ano, a extinção do fascismo e do conservadorismo em nossa sociedade! Que um novo tempo de diversidade, tolerância e respeito aos direitos humanos se consolide e frutifique em uma educação pública de qualidade socialmente referenciada para todas, todos e todes.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2023.

Lucília Augusta Lino
Karine Vichiet Morgan
Maria da Conceição Calmon Arruda
Editoras

formov.revista@gmail.com

<https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov>